rais — Subsídios e pensões — Outras despesas que não constituem remuneração a dinheiro — Subsídios para funerais a oficiais e praças na situação de reforma — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor na província de Moçambique, tomando como contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo 5.º, artigo 961.º, n.º 1), alínea a) «Guarda Fiscal — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da mesma tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 2 de Junho de 1960. — Pelo Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe e Moçambique. — *A. Moreira*.

Portaria n.º 17 757

Sendo necessário e urgente satisfazer o que foi proposto pelo Governo da província da Guiné quanto à aplicação dos saldos das dotações do programa de execução para 1959 do II Plano de Fomento no reforço de dotações do programa aprovado para o ano corrente;

Tendo em vista a autorização dada pelo Conselho Económico, em sessão de 18 de Maio do ano em curso:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos dos artigos 11.º, alínea h), 13.º e 16.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugados com o artigo 1.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, que o Governo da Guiné abra os seguintes créditos especiais:

1) Um de 16 269 927\$17, tomando como contrapartida o rendimento de concessões petrolíferas, destinado a reforçar, com as quantias que se indicam, as seguintes verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor:

Capítulo 12.º, artigo 279.º «Plano de Fomento — Programa de execução da 2.ª fase, 1960»:

N.º 1), alínea a) «Aproveitamento de recursos — Agricultura, silvicultura e pecuária»:

1), 1.º «Fomento agrário» 586 427\$17

N.º 1), alínea b) «Aproveitamento de recursos — Electricidade e indústrias»:

2) «Pescas» 940 000\$00

N.º 2) «Comunicações e transportes»:

a) «Execução do 1.º plano rodoviário» 466 786\$30

b), 1.º «Transportes fluviais (obras e meios de transporte)» 478 203\$00

c) «Aeroportos e material aeronáutico» 6 500 000\$00

d) «Telecomunicações» 3 300 000\$00

N.º 4), alínea a) «Equipamento de serviços públicos — Mecanização da conservação de estradas e melhoramento de oficinas de obras públicas»

3 998 504\$70

16 269 927\$17

2) Um de 1 669 493\$72, tomando como contrapartida disponibilidades do empréstimo da metrópole, autorizado pelo Decreto-Lei n.º 39 179, de 21 de Abril de

1953, consignado ao reforço da verba do artigo 279.º n.º 2), alínea a) «Comunicações e transportes — Execução do plano rodoviário», da mesma tabela de despesa.

3) Um de 4 195 570\$10, tomando como contrapartida os saldos das contas de exercícios findos, destinado a reforçar a verba do artigo 279.º, n.º 2), alínea c) «Comunicações e transportes — Aeroportos e material aeronáutico», da mesma tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 2 de Junho de 1960. — Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — *Carlos Abecasis*.

Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

Repartição dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto n.º 43 002

Tendo o Governo da Guiné solicitado a necessária autorização para que os serviços autónomos dos correios, telégrafos e telefones daquela província possam contrair na Caixa Económica Postal da mesma província um empréstimo de 300 000\$, ao juro anual de 5 por cento, amortizável em dez prestações anuais, destinado à aquisição de um prédio urbano na vila de Farim, para instalação de uma estação telégrafo-postal;

Visto o disposto na alínea l) do n.º 1.º da base x da Lei Orgânica do Ultramar Português;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o conselho de administração dos serviços autónomos dos correios, telégrafos e telefones da província da Guiné a contrair na Caixa Económica Postal da mesma província um empréstimo até ao montante de 300 000\$, destinado à aquisição de um prédio urbano na vila de Farim, daquela província, para instalação de uma estação telégrafo-postal.

Art. 2.º Este empréstimo, que poderá ser levantado de uma só vez, vence juros de 5 por cento ao ano sobre a quantia em dívida e será reembolsado em dez anuidades, vencendo-se a primeira em 31 de Dezembro de 1960.

Art. 3.º O governador da Guiné poderá determinar a antecipação das amortizações sempre que o julgar conveniente.

Art. 4.º Os encargos do empréstimo a que este diploma se refere constituem despesa obrigatória dos serviços autónomos dos correios, telégrafos e telefones da província da Guiné, devendo ser anualmente inscritas nos respectivos orçamentos, como despesa ordinária, as verbas necessárias à sua liquidação.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Junho de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Vasco Lopes Alves*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* da Guiné. — *Vasco Lopes Alves*.